

A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE DA PEDRA LISA, QUIRINÓPOLIS-GO

THE PESANT RESISTANCE IN THE COMMUNITY OF PEDRA LISA, QUIRINÓPOLIS-GO

IRACY DA CONCEIÇÃO PEREIRA

Graduada em Letras e Pedagogia pela UEG - Campus Quirinópolis, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Ávila e Pós-Graduada em Cultura, Diversidade e Meio Ambiente pela UEG - Campus Quirinópolis
iracycpereira@hotmail.com

MARCOS VINICIUS RIBEIRO

Professor do Curso de História da UEG - Campus Quirinópolis e Doutorando em História pela UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon
marquinhosvr22@gmail.com

RUTH BORGES RILKO

Graduada em Geografia pela UEG - Campus Quirinópolis, Bacharel em Direito pela FAQUI - Faculdade Quirinópolis, Pós-Graduada em Direito Ambiental pela Faculdade FAVENI (Venda Nova do Imigrante - ES) e Pós-Graduada em Cultura, Diversidade e Meio Ambiente pela UEG - Campus Quirinópolis.
ruthbrilko@hotmail.com

Resumo: Os camponeses constroem seu lugar social por meio de lutas e resistências, e os movimentos sociais tornaram-se paradigmáticas na realização e interpretação destas lutas. Entretanto trabalhamos com a hipótese de que os camponeses da Pedra Lisa, comunidade localizada no município de Quirinópolis-GO, também têm demonstrado capacidade de resistir à dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais, ainda que contempladas no cotidiano dos movimentos. Neste sentido, a metodologia empregada envolveu pesquisa de campo e também pesquisa bibliográfica, e o objetivo foi demonstrar o processo, o território e as forças locais que praticam a construção da autonomia camponesa.

Palavras-chave: camponeses; movimentos sociais; resistência; território e autoprodução.

Abstract: Peasant resistance beyond social movements. The peasants build their social position by means of struggle and resistance, and the social movements became illustrative/paradigmatic implementation and interpretation of these struggles. However, the peasants have also demonstrated the ability to resist domination and imposition of capitalist relations of production by means of other manifestations and social practices, not necessarily hegemoned by social movements, even if included in the routine of movements. In this sense,

Keywords: peasants; social movements; resistance; Territory and self-production.

INTRODUÇÃO

Os camponeses são um grupo heterogêneo e foram considerados sob perspectivas diversas. Tais interpretações os constroem como se fossem um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações indicam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, ainda que não deva ser classificada de camponesa, em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos. A valorosa contribuição do pesquisador Edevaldo Souza indica outros aspectos importantes para a análise do “modo de vida camponês”,

Desse modo, a análise da paisagem permitiu explorar conceitos socioculturais, prioritárias para assimilar as práticas sociais no Cerrado em Pedra Lisa. Para compreender os conteúdos da paisagem e os modos de vida camponeses, torna-se importante apresentar como era constituída antes da modernização agrícola. Para os moradores de Pedra Lisa, o lugar era constituído por uma vegetação de Cerrado, intercalado por pequenas plantações de economia de consumo. O modo de ocupação e produção das pessoas que habitavam o lugar tinha como a preocupação a reprodução da família. Também, a partir de 1960, tem-se o início da reprodução ampliada do capital do campo (SOUZA, 2015, p.39).

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas, e isto é inegável, principalmente se considerarmos a ontologia da produção do modo de vida camponês como um identidade de luta. Mas, ao trabalhar com a metodologia descritiva, e também com a pesquisa de campo (Figura 1) abordando alguns autores para sustentação do nosso trabalho, outras questões emergiram desse contexto.



Figura 1: Trabalho de campo na Comunidade Pedra Lisa. Diálogo com uma camponesa.
Fonte: Trabalho de campo, abril de 2017.

Os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados como a forma política mais eficiente de resistência dos camponeses. Mas, ao ser reconhecido como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não podem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo, ou até mesmo o monopólio do discurso a respeito dessas lutas.

A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ainda que estes sejam importantes canais da luta, mas as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais. Nossa hipótese é a de que o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”.

Para Souza (2015), é possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se edificam como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais (Figura 2), dentre outros, são aspectos deste processo.



Figura 2: A Folia de Reis e as festas como representação das sociabilidades em Pedra Lisa.
Fonte: SOUZA, Edevaldo A. (2015, p.141).

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir da correlação de forças presente nos modos de vida estabelecidos no território, apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

DEBATES SOBRE O CAMPONÊS

Os camponeses, em especial os da Pedra Lisa, estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local. A partir da análise das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma configuração local, cria contraditoriamente condições e técnicas, de circulação para estabelecer uma relação na própria comunidade. Não se forma apenas uma rede de mercadorias, mas também um tensionamento presente na rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência.

Cada movimento sai da sua ação de escala local e se integra a muitos outros fortalecendo as lutas, no que convencionou-se denominar como o circuito ampliado da produção capitalista (LUXEMBURGO, 1985). Por seu turno, os elementos característicos da

globalização, conforme avaliou Santos, (1978, p. 145) concorrem à superação da geografia curta e local que o camponês está inserido; superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as lutas e conquistas.

Enquanto o capital se internacionaliza pela produção de mercadoria, a ideia de “progresso” está implícita nesta forma de resistência (resistência globalizada) dos camponeses porque o capitalismo ao se expandir no seu processo contraditório permite a ampliação e organização das lutas nos movimentos, ou seja, outra globalização, neste caso dos movimentos, produzida por saltos qualitativos de organização que são engendrados pelo modo de vida camponês. Mas, se por um lado, verifica-se a possibilidade de resistência implícita no desenvolvimento das relações capitalistas globais, de outro, é possível destacar a ideia de produção destrutiva do capital desenvolvida por uma produção suicida, que se justifica sob a aparência da produção de empregos, direitos, mas na prática gera fome, e superexploração do trabalho e uma infinidade de outras barbáries.

Pautando-se mais numa dimensão política e de relações de poder, os camponeses, por meio do modo de vida que lhe é peculiar têm se organizado localmente e globalmente. Isto é verificado tanto nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias formas o fortalecimento de “entidades” mundanizadas de camponeses é entendido por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital, quanto nas formas de relações de produção historicamente estabelecidas. Trata-se também de uma preocupação em escala mundial assentada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares que se transforma numa possibilidade real de embates hegemônicos, como discutido por Dias (2006).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

Os camponeses estão inseridos na histórica dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para outros setores, como é característica da produção capitalista. O produto do camponês da comunidade da Pedra Lisa, segundo Souza, (2015, p.36) é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local. Entretanto, a escala das relações sociais não está limitada necessariamente na produção e circulação de mercadorias. A historicidade local e a geografização camponesa pelo mundo

da mercadoria e o conceito “desenvolvimento” local é utilizado por estudiosos do campo a fim de expressar a importância que o local e histórico assume no estabelecimento das relações sociais de produção.

O local é entendido como a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos que demonstra a forma em que o camponês faz pelas trocas, no caso de mercadoria, onde na essência se encontra a ideia de “desenvolvimento” estabelecido historicamente. O desenvolvimento local está assentado no paradigma da agricultura familiar. Segundo Fernandes (2001, p. 29-30) a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração e não a luta contra o capital por parte dos camponeses. O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital.

Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. De fato, essas ideias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Ademais, representam um paradigma de debate que já está presente nas relações historicamente constituídas.

Nessa vertente, os camponeses são denominados por grande parte de estudiosos, movimentos e órgãos oficiais de agricultores familiares, e levariam vantagens econômicas ao produzirem com mais eficiência por causa de características locais que são historicamente estabelecidas. Segundo Oliveira (1992, p. 02) a inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do camponês, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo. Neste entendimento, o contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento e é colocado como elemento fundante nas relações históricas.

A partir de diferentes imbricações sintetizadas na ideia de capital social (produção assentada na ajuda mútua, reciprocidade e cooperação) é possível chegar ao Desenvolvimento Territorial Rural (DTR). Por outro lado, é importante observar que a ideia de capital social não atenta para as contradições e conflitos existentes no processo de construção histórica do

espaço geográfico. O DTR “expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades”. Nesse sentido, esse desenvolvimento pauta-se “na inserção no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir” (FABRINI, 2006, p.73). Contudo, segundo Schneider; Blume,

[...] a pressão antrópica, percebida a partir da variável densidade demográfica, constitui-se em indicador judicioso acerca do que ocorre na dinâmica social, ocupacional, econômica, política e cultural de um dado território, é possível acreditar que se esteja delineando uma referência importante para resolver, a um só golpe, o desafio de superar os limites analítico-conceituais e prático-normativos que permitirão a utilização da abordagem territorial nos estudos e nas ações de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 33)

A agricultura familiar seria semelhante a um pequeno agronegócio. O local na perspectiva do desenvolvimento também favorece a intervenções do Estado na forma de políticas públicas para a modernização da base técnica e o progresso econômico das famílias agricultoras, criando o bem estar geral da população, o que muitas vezes não encontramos na imposição de relações capitalistas de produção, pois o modelo do agronegócio, por exemplo, exclui a leitura histórica da produção local. O “desenvolvimento” é visto como “civilização”, “progresso” e acesso à modernidade, tanto das tecnologias e instrumentos, como das ideias, para sair do atraso social que representaria, nesse caso, o camponês. Alargando sua compreensão, o local ainda apresenta-se como potencializador do desenvolvimento porque possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão. A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder aos segmentos populares.

A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder aos segmentos populares. A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes (NUNES; OLIVEIRA, 2004, p. 6).

O desenvolvimento é visualizado ainda como um meio para alcançar patamares de consumo das sociedades desenvolvidas e industrializadas. Mas, a industrialização orientada pela produção mercadológica é insustentável por essência, pois implica na transformação intensa da natureza. Além disso, a dimensão decisória não é neutra, mas estruturada no contexto da correlação de forças que caracteriza a produção capitalista que é, em grande medida, hegemônica pelo agronegócio e acaba por prejudicar a existência do modo de vida camponês.

Diegues (1992, p.2) chama a atenção para a necessidade de pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas de “sociedades sustentáveis”, em que se valorizam as tradições de cada comunidade, composição étnica, etc. Defende o respeito aos valores de cada comunidade, possibilitando que cada sociedade possa definir os seus padrões de consumo e produção, cultura, história e ambiente. Neste contexto, é necessário questionar se é possível alcançar este desenvolvimento com produção pautada na oportunidade de negócios (ou o pequeno agronegócio) como propõe aqueles que defendem o DTR/desenvolvimento local.

REFERENCIAL TEÓRICO

A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território. Segundo Raffestin (1993, p. 143-144), “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja pela energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Rivera (2009) as discussões teóricas são relevantes para compreendermos acerca dos conceitos de territorialidade e camponês, no qual fora desenvolvido e analisado por múltiplos autores que elucidam diferentes concepções ao abordar as questões políticas, econômicas ou culturais, dentro do contexto do modo de produção capitalista. A perda e a constituição de um novo território nascem no seio da própria territorialização como é o caso da Pedra Lisa, ou seja, é do próprio território e, contraditoriamente, podemos ter também a des-re-territorialização (SAQUET, 2003, p. 59).

A comunidade da Pedra Lisa é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares. No tocante a origem do campesinato brasileiro deu-se num contexto colonial, que privilegiou o latifúndio, proporcionou a ocupação de áreas marginais e bloqueou o seu desenvolvimento. Dentro deste contexto, surgem concepções de autores acerca dessa temática. Para Shanin (2005, p. 09), os camponeses:

não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês.

Nesse sentido, segundo o autor, os movimentos sociais que ocorrem no campo para os camponeses relata que mesmo com a agricultura capitalista no campo, existem camponeses como os da Pedra Lisa que persistem na sua propriedade rural familiar pela exploração do trabalho, mas não busca a acumulação de capital, portanto visa à subsistência de sua unidade familiar baseada na constituição histórica de valores socialmente compartilhados. Nesse sentido, foi possível identificar esse tipo de camponês no município de Quirinópolis-Go, no qual, para ele, a Terra é vida, é a sua condição de sobrevivência material, social e cultural, embora essa realidade exista em menor evidência.

Na perspectiva de Martins (1981, p.16), um “camponês que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência retorna a terra, mesmo que seja distante daquela de onde saiu”. Portanto, pode-se dizer que os camponeses são sujeitos históricos que se reproduzem por meio da resistência camponesa onde a agricultura apresenta um papel de suma relevância na economia do município, pois permanece sendo responsável pela alimentação da população. Segundo Diniz (1986, p.19) “a agricultura é extremamente diversificada, apresentando-se em condições muito diferentes de uma área para outra, e até de uma propriedade para outra vizinha”. Dessa forma, o autor enfatiza que a agricultura é complexa e se distingue de uma área para outra devido aos fatores econômico, social, cultural e histórico, pois existem locais que ainda utilizam técnicas tradicionais e outros com tecnologia avançada no campo. Essa contradição se estabelece por meio das rupturas e continuidades que são peculiares ao processo histórico.

O município de Quirinópolis apresenta realidades distintas no campo, camponeses que desenvolvem as atividades agrícolas baseadas na pequena produção familiar, que têm a terra como condições básicas para sua existência empregando sistema tradicional de produção, com utilização de enxadas, arado, foice, carros de boi, com uso de pouca ou nenhuma adubação, mas também há agricultores rurais que utilizam técnicas modernas como as máquinas, colheitadeiras mecânicas, tratores, este alugados de particulares ou de associação, fertilizantes, sementes geneticamente modificados e agrotóxicos para o uso da cana-de açúcar.

Há também aqueles que não possuem terra, são trabalhadores rurais, sendo submissos ao capital. Como diz Diniz (1986, p. 217), “os conjuntos agrícolas no espaço estão em constante mudança, os mais rentáveis e eficientes expandindo-se sobre os menos produtivos, transformando-se sob os constantes estímulos provenientes do meio”. Os cultivos que mais se destacam nas pequenas propriedades do município é o milho, além do feijão, a mandioca e abóbora, em menor quantidade que recebe influência do clima quente e seco, caracterizado pela presença de secas constantes durante o ano.

Destarte ressaltar que a propriedade camponesa se caracteriza pela sua função social por meio de seus costumes, tradições religiosas, festas e seu trabalho é desenvolvido entorno à família, baseado na reciprocidade, costumes e ajuda mútua, afim de explorar suas potencialidades em suas propriedades buscando sua lucratividade através do uso da terra e também onde possa adquirir a sua auto sobrevivência como trabalhador rural, e são características de uma identidade de resistência historicamente estabelecida, pois dialoga como o modo de vida do camponês que lhe é peculiar e antagônico aos desígnios do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente estudo buscou compreender as transformações que ocorrem no meio rural, sob a ótica da discussão da territorialidade e historicidade do camponês da Pedra Lisa. A resistência dos camponeses a esquemas de dominação e subordinação foi considerada importante quando realizada no interior dos relações sociais na comunidade da Pedra Lisa. Isso possibilitou a construção dos movimentos sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades, tendo em vista que a identidade da luta muitas vezes é

forjada tendo no seu horizonte de expectativas o estabelecimento de um modo de vida camponês. Os movimentos sociais foram (e ainda são) reconhecidos como a principal forma dos camponeses de se rebelarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, enfim, transformações sociais. A ideia é que pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos.

Por outro lado, é importante reconhecer a capacidade de resistência camponesa da Pedra Lisa não exclusivamente pelos movimentos sociais mais sim pelo modo de vida e a prática social camponesa que apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas organizacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Por isso, a dimensão territorial da Pedra Lisa tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção.

Portanto, percebemos que o camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social. Destarte, é possível concluir que a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

Por fim, cabe ressaltar que a dinâmica de resistência encontrada em Pedra Lisa é constituída de relações históricas que engendram o seu modo de vida camponês. Essa dimensão de resistência, embora contemplada na luta dos movimentos sociais, muitas vezes é excluída pelas políticas públicas engendradas pela ideologia dominante. Há que se ressaltar, nesse sentido, pesquisas que, mais do que especulações acadêmicas, estão munidas de valores sociais resistentes, como no caso das que analisam o modo de vida camponês, e se transformam em manuais de sobrevivência de memórias e histórias progressivamente engolfadas pelo modo de produção dominante. Pesquisadores se transformam em guardiões da memória, bem como moradores são o baluarte de uma resistência cotidiana que nutrem a

preocupação destes pesquisadores. Nesse sentido, a história não acabou, pelo contrário, a história se transforma num campo de disputas, verdadeiros embates hegemônicos (DIAS, 2006).

REFERÊNCIAS

DIAS, E. F. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos anos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 22-29, jan/jun. 1992.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1986.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, jul./dez. 2006.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUXEMBURGO, R. **Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NUNES, S. P.; OLIVEIRA, M. A. **Desenvolvimento local: possibilidades e limites**. Boletim do Deser, Curitiba, n. 139, p. 03-14, set. 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

RAFFESTIN, C. **O que é território?** São Paulo: Ática, 1993.

RIVERA, P. J. A. Configuración de paisajes periurbanos y territorialidades de exclusión sócio-espacial: município de Pereira, Colombia. In: ALMEIDA, M. G.; CRUZ, B. N. **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: UFG/FUNAPE; Manizales: Universidad de Caldas, 2009. p. 197-214.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, M. AA. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST, 2003.



REVISTA MIRANTE, Anápolis (GO), v. 10, n. 3 (edição especial), ago. 2017. ISSN 19814089

SCHNEIDER, S.; RONI, B. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 01-21, 2005.

SOUZA, E. A. **Patrimônio imaterial: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa**. Uberlândia: Comoser, 2015.